

---

## **Jornalismo, zona de contato e mediadores indígenas em Roraima<sup>1</sup>**

Timóteo Westin de CAMARGO<sup>2</sup>

Luís Francisco MUNARO<sup>3</sup>

José Tarcísio da Silva OLIVEIRA FILHO<sup>4</sup>

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

### **RESUMO**

Este artigo debate a representação dos povos indígenas nos meios jornalísticos, partindo do entendimento de que tais representações são o resultado de um longo processo histórico marcado por lógica assimétrica de poder entre a sociedade urbana e a comunidade autóctone. Em vez de entender o jornalismo como fruto da indústria de massa, percebe-o como um conjunto dinâmico de práticas e representações capazes de absorver as várias autorrepresentações criadas por conjuntos de indivíduos dotados de etnicidade própria. Isto inclui a autorrepresentação indígena situada no que Mary Louise Pratt chamou de “Zona de Contato” (1999) e os mediadores indígenas que desempenham funções na imprensa ou nos estudos sobre a imprensa, já bastante característicos em Roraima, estado brasileiro com maior porcentagem de indígenas na população total.

**PALAVRAS-CHAVE:** indígenas; jornalismo; zona de contato; mediação social, Roraima.

A cobertura da imprensa relativamente a questões indígenas materializa um longo processo de conflitos, simbiose e mesmo aculturação cujas ondas reverberam desde que os primeiros colonizadores tocaram a terra firme na América. O jornalismo, como um subproduto da cultura liberal que começou a se consolidar durante a modernidade, oscila entre a repetição dos valores e narrativas coloniais e seu potencial dialético de atuar como vetor fundamental da reconfiguração de valores, no sentido de expandir a alteridade da “cultura ocidental”.

A visão dos europeus e seus descendentes americanos relativamente aos povos nativos é marcada no século XVI por um estranhamento que dá tons mitológicos às

---

1 Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, do XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima. E-mail: timcamargo@gmail.com

3 Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima. E-mail: luismunaro@yahoo.com.br

4 Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima. E-mail: jose.tarcisio@ufr.br

---

narrativas sobre o Novo Mundo. Como descreveu Tzvetan Todorov (2003), a chegada do grupo liderado por Cristóvão Colombo diante de povos nativos foi marcada tanto pela admiração quanto pelo confronto radical. A postura dos espanhóis que prestavam contas aos reis de Aragão e Castela ora indicava para a mais agressiva conquista e busca pelo Eldorado, ora para a expansão das artes agrícolas europeias e, por fim, ao deslumbramento e sensação edênica que marcou muitas das descrições de padres jesuítas. Mesmo o impetuoso conquistador Hernan Cortez (1485-1547), tornado pela historiografia o responsável pela extinção do Império Asteca, não escondia a sua admiração pela complexa civilização que estava diante dos seus olhos. Tem-se inclusive a impressão de que é justamente graças à admiração que a destruição se torna possível: “existe aí um encadeamento terrível, em que compreender leva a tomar, e tomar a destruir, encadeamento cujo caráter inelutável gostaríamos de colocar em questão. A compreensão não deveria vir junto com a simpatia” (TODOROV, 2003, p. 183). Tão logo a conquista do império mexicano passou a se converter na mais absoluta barbárie e os relatos estarrecedores como aqueles do Padre Bartolomé de Las Casas (1484-1566) documentaram a presença do “diabo na história”, lembrando da expressão muito bem a propósito do historiador Vladimir Tismaneau, a intelectualidade europeia foi perpassada por uma sensação profunda de crise que vai desde os ensaios de Michel de Montaigne (1533-1592) e passa pela tópica do “bom selvagem” de Jean Jacques Rousseau (1712-1778).

O processo de conquista, ainda que deixasse implícita a admiração pelo conquistado, caminhou na direção do seu apagamento, já que sujeitos reduzidos ao papel de “produtores de objetos, de artesãos ou de malabaristas, cujo desempenho é admirado, mas com uma admiração que, em vez de apagá-la, marca a distância que os separa dele; e sua pertinência à série ‘curiosidades naturais’ não é totalmente esquecida” (TODOROV, 2003, p. 189). Nos séculos seguintes às incursões iniciais dos espanhóis na América Central e nos Andes e dos portugueses no hoje território brasileiro, os relatos sobre a conquista são sobretudo formados por descrições de padres ou funcionários da Coroa, dando espaço para os relatos de viajantes naturalistas a partir do século XVIII. Estes relatos dividem-se, na conclusão de Neide Gondim (1994), entre o paraíso e o inferno, daí poderem ser chamados de visões infernistas ou edenistas. Mais especificamente estudando a conquista e a significação da Amazônia e seus povos indígenas ao longo da história, a autora encontrou ora relatos recheados de simpatia

---

pelas potencialidades da terra descoberta e seus habitantes indígenas (tidos como bons cristãos), ora relatos desolados diante da imensidão verde, dos animais peçonhentos e dos grupos de indígenas hostis (tidos como canibais). Deste modo, a “apropriação” da imagem do índio percorre um itinerário que atravessa interesses religiosos políticos, nacionalistas, identitários, científicos e econômicos.

Para o historiador brasilianista David Treece (2005), até a tomada do poder pelos positivistas no Brasil a imagem do indígena caminhou entre uma “tábua rasa”, o terreno em que “tudo se plantando dá”, os exilados inclinados ao canibalismo, as utopias românticas do indianismo e o aliado no projeto civilizatório. Sobretudo depois da independência brasileira, as leituras de Jean Jacques Rousseau impulsionaram toda uma nova mitologia acerca dos grupos indígenas, vistos, por exemplo, nos três romances de José de Alencar (1829-1877), mas é a literatura jesuítica que conduz verdadeiramente a essa produção literária. Para o supracitado autor, foram

os relatos detalhados dos jesuítas acerca da cultura indígena e das relações coloniais, e não os textos etnográficos contemporâneos, que foram as fontes cardinais utilizadas por esses escritores. Os mitos e estereótipos dos épicos indianistas do século dezoito e da literatura romântica indianista, embora revestidos da ideologia iluminista e liberal, foram, em grande medida, herdados dessa tradição jesuítica primeva (2005, p. 36).

Ao longo de todo o processo civilizatório, enquanto o colonizador buscava incorporar ou repelir o habitante autóctone, os indígenas desenvolveram as mais variadas táticas para obstar a aculturação ou manter o seu modo de vida tradicional. Neste longo processo, interessa-nos mais de perto, no âmbito deste artigo, as mobilizações indígenas recentes intensificadas a partir dos anos 1970 (ATHIAS, 2007). Este longo salto cronológico, justificado pela extensão limitada deste artigo, visa nos colocar em frente ao nosso objeto de estudos: o encontro dos indígenas com as representações jornalísticas e sua transformação de pauta em sujeito. Utilizando elementos principalmente retirados da História e da Antropologia, tentaremos compreender ou lançar questões relativas à dificuldade do jornalismo brasileiro em lidar com o encontro dos povos originários com a sociedade nacional. Em outras palavras, buscaremos justapor as formas de representar a realidade praticada pela profissão e uma demanda dos povos tradicionais que é pouco compreendida pelos veículos e profissionais da área: a busca pela “autorrepresentação”.

---

Este trabalho é resultado de uma pesquisa produzida no Estado de Roraima, onde cerca de 11% da população se declara indígena (IBGE, 2010). Além da maior população indígena do Brasil em termos proporcionais, Roraima abriga inúmeras terras demarcadas divididas em 11 etnias e centenas de comunidades (IBGE, 2016). A percepção dos povos indígenas pela sociedade urbana de Roraima passa, em grande medida, pela mediação dos veículos jornalísticos. Como o indígena é representado pela mídia regional constitui o a pergunta central a partir da qual este artigo partiu. Uma vez compreendendo o problema da representação do indígena, sugeriremos, a partir de noções extraídas da Mary Louise Pratt (1999), o jornalismo como uma possível “zona de contato”, expressão que se amolda à força dinâmica que o jornalismo demonstrou em sua história, seu potencial dialético de incorporar diferentes valores sociais ao mesmo tempo em que busca pela verdade factual (MUNARO, 2014). Esta “zona de contato” que permite o intercambio entre linguagens díspares é melhor compreendida pelos “mediadores sociais” indígenas que, como buscaremos indiciar, já começam a se apresentar em Boa Vista-RR.

Para conduzir este estudo, dividimos o texto do artigo em três partes: uma primeira, “as representações dos povos tradicionais” para discutir as representações sobre os indígenas tomando como epicentro as produções de professores de Roraima, como Roni Petterson, Maria Goretti Leite, Avery Veríssimo e Timóteo Camargo; uma segunda, “Jornalismo, zona de contato e mediação”, para discutir as importantes noções de “zona de contato” e “mediadores sociais”, caminhando na direção de uma solução para o impasse sobre a questão indígena; e, por fim, em “os mediadores indígenas na sociedade roraimense”, está uma breve apresentação de jornalistas indígenas em Roraima que começaram a explorar caminhos bastante frutíferos voltado para intercâmbios étnicos (ou etnomídia).

### **As representações dos povos tradicionais**

A dificuldade em perceber e representar adequadamente os indivíduos, grupos e povos inteiros é um calcanhar de Aquiles para o jornalismo, mas não apenas do jornalismo, evidentemente. Este corre sempre o risco de, ao se esforçar por dar voz, reduzir à caricatura, como no caso da antiga e sempre presente mitologia do “bom selvagem”. Num estudo sobre o tema, Roni Pacheco e Luís Munaro (2015, p. 12) observaram que a pauta indígena circunda acontecimentos e informações em sua

maioria pouco relevantes para a afirmação da identidade destes povos tematizados. Para eles, “não faz parte da pauta jornalística noticiar sobre alguém ou algum grupo que não esteja firmemente vinculado a uma identidade urbana e ocidental.” Paulo Silva, complementarmente, considera que há uma “manipulação ideológica” nos veículos para promover o “mito da convivência pacífica entre brancos e índios” (2014, p. 11). Timóteo Camargo (2017) analisou matérias publicadas ao longo de um ano no principal jornal de Boa Vista constatando que em apenas 17% dos textos a principal fonte é indígena (2017 p. 97). Em 68% das notícias não há sequer uma fonte indígena e, em 15% dos casos, indígenas ou organizações aparecem como fonte secundária. O autor também pontuou que

a prevalência absoluta de notícias – ou matérias quentes – em vez de reportagens e textos mais densos indica que o índio é notícia quando protagoniza, promove ou se envolve em fatos. Assim, as questões que envolvem os modos de vida e pensamento dos indivíduos e povos indígenas não despertam interesse (CAMARGO, 2017, p. 96).

Para Avery Veríssimo (2016), a cobertura jornalística tende de forma predominante aos interesses desenvolvimentistas sob a ótica da produtividade capitalista e “a terra concedida aos índios é vista como improdutiva e impeditiva do progresso econômico do Estado” (2016, p. 122). Maria do Socorro Leal (2010) ressaltou, na cobertura sobre a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol em 2006, a predominância da perspectiva jurídica (2010, p. 7). A autora questionou a ausência de fontes de outros campos do saber na cobertura: “o que dizem os antropólogos, os cientistas sociais, os historiadores sobre a homologação da Raposa Serra do Sol?” Notou, sobretudo, a ausência absoluta de indivíduos e lideranças indígenas nas matérias. A pesquisadora Maria Goretti Lima (2001), por sua vez, observou em charges e fotos três versões viciadas atribuídas aos indígenas. A primeira é a de um objeto mudo, incapaz de se manifestar, carente de tutela. A segunda é de um preguiçoso, desumano ou criminoso. E a terceira é percepção simplesmente homogênea ou genérica (2001, p. 117).

Segundo Renato Athias (2007), é possível identificar quatro “mentalidades” sobre os povos indígenas do país às quais se atribui o status de “obstáculos ideológicos a um indigenismo racional”(ATHIAS, 2007, p. 33). A mentalidade estatística se ocupa com números, por exemplo: “por que se preocupar com alguns milhares de índios, se o

---

problema do país é o destino de milhões de brasileiros?" Ou ainda: "O que significa a morte de algumas dezenas de índios se no Brasil milhares de crianças morrem diariamente?" (2007, p. 34). Assim, a quantidade e a proporcionalidade determinariam a importância dos povos nativos brasileiros. A mentalidade romântica reforça a imagem estereotipada do indígena adquirida na literatura, sobretudo em autores como José de Alencar e Gonçalves Dias. O índio romantizado é visto como um ser puro, ingênuo e o sistema sócio-político desse bom selvagem é percebido como um paraíso ideal ou um modelo a ser imitado (ATHIAS, 2007, p. 34). Em todo o caso, sobretudo no romance alencariano, o indígena passa a ser visto como uma linha auxiliar do progresso, enquanto Gonçalves Dias manifesta profundo pesar diante da incorporação do indígena pela civilização urbana.

A terceira mentalidade é aquela que podemos chamar de burocrática. Essa seria a imagem predominante na administração pública brasileira, "impregnada de um paternalismo exagerado e influenciada por certa dose de romantismo" (ATHIAS, 2007, p. 34). A quarta é a capitalista, que torna os indígenas elementos improdutivos ou mesmo um obstáculo à produção no vasto território brasileiro. Athias ilustra essa mentalidade com uma frase do Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em 1971: "Daremos toda nossa assistência ao índio, mas ele não poderá ser um obstáculo ao desenvolvimento do país" (Apud. ATHIAS, 2007, pg. 34-35). Segundo o mesmo autor,

este olhar sobre os povos indígenas sempre esteve presente no desenvolvimento de uma política indigenista no Brasil, desde a colonização até nossos dias. Os índios representam apenas mão-de-obra para os grandes investimentos, e ainda, eles não são reconhecidos como um grupo social etnicamente diferenciado. Medidas oficiais tentaram, na verdade, reduzir até mesmo negar a identidade indígena (ATHIAS, 2007, p. 35).

Athias acrescenta ainda a perspectiva salvacionista e mesmo exageradamente paternalista dos grupos religiosos, concluindo que "a sociedade nacional continuará a ter uma visão deformada enquanto não existir consciência da existência de povos etnicamente distintos em todo o território nacional". Os vícios e preconceitos acerca dos indivíduos, povos e nações indígenas não configuram apenas uma demonstração de nossa ignorância enquanto sociedade nacional. O cerne da questão está no papel que o reconhecimento adequado dos povos tradicionais tem para sua identidade e existência.

---

Para entendermos isso, agregamos à discussão a ideia de etnicidade e de identidade étnica, proposta por autores como Cunha (1987), Oliveira (1976) e Lapiere (1995).

Segundo o primeiro destes autores, grupos étnicos são “populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros” (CUNHA, 1987, p. 116). Assim, mais importante que a antiguidade, ancestralidade ou originalidade de uma cultura, a identidade de um grupo está justamente nos ambientes de contato: “nas fronteiras étnicas e na manutenção dessas fronteiras” (CUNHA, 1987). Portanto, o que configura um grupo como étnico não é o exotismo aos olhos do outro ou o isolamento de sua cultura tradicional. A etnicidade de um povo pode ser estudada a partir de uma pergunta: “como, por meio das mudanças sociais, políticas e culturais de sua história, os grupos étnicos conseguem manter os limites que os distinguem de outros?” (LAPIERRE, 1995, p. 18). Com base na etnicidade, Cardoso de Oliveira (1976) formulou o conceito de “moral do reconhecimento”, que atribui responsabilidade à sociedade envolvente frente ao contato com povos originários e às suas fronteiras. Enquanto conhecimento seria um ato cognitivo não público, o reconhecimento passa pelos meios de comunicação que exprimem o fato de que o outro tem um valor social – assim, Cardoso de Oliveira ressalta o peso da alteridade na constituição identitária do outro.

Mais especificamente em se tratando das práticas jornalísticas, é fundamental para o profissional da área saber identificar corretamente quem é o outro e como este age em um contexto de contato, no qual as relações e suas trocas simbólicas são cada vez mais mediadas por veículos de comunicação cujo alcance sobrepõe a territorialidade. Os equívocos do jornalismo passam a ser mais graves quando negam o reconhecimento da diferença e das singularidades dos povos. A autorrepresentação, em contrapartida, é um anseio básico dos “vencidos da história”, aí inclusos os indígenas. Enquanto o olhar do não indígena, inclusive na imprensa, tem como principal característica a generalização do outro, a construção do discurso indígena dirigido ao não indígena é particularizada (CAMARGO, 2017). Cada povo, etnia ou comunidade fundamenta seu olhar a partir de práticas e de representações próprias, relacionadas à sua história específica do contato com os brancos (ALBERT; RAMOS, 2000).

Marcos Pellegrini (2008, p. 156) sugere que o contato interétnico coloca em foco a “autenticidade” da cultura e faz com que a “cultura autêntica” seja concebida pelos indígenas a partir de um ponto de vista ocidental – enquanto eles próprios manipulam o

que parece exótico ao não indígena, mesmo que isso não coincida necessariamente com a visão que eles têm de si e do mundo (PELLEGRINI, 2008, p. 156). Destarte, a primeira chave para entendermos as dificuldades do jornalismo com a pauta indígena é considerar que há uma relação quase de oposição entre as formas como os indígenas se representam - manipulando a ideia de “cultura autêntica” para produzir um efeito específico desejado e o olhar da sociedade nacional - muitas vezes replicado na imprensa - fundamentado nos vícios históricos da representação dos subalternos. Apesar das suas raízes profundas, entendemos que essa posição do jornalismo não está cristalizada e nem é imutável, colocando-se no terreno da dialética histórica. Estudos em vários campos das Ciências Humanas e a observação de práticas profissionais em regiões de contato apresentam indicações para pensarmos que o diálogo efetivo entre o jornalismo e as culturas tradicionais em nosso país são, não apenas uma possibilidade, como uma prioridade.

### **Jornalismo, zona de contato e mediação**

A expressão “Zona de Contato” é cunhada por Mary Louise Pratt comutando a noção de contato da linguística, em que as línguas de contato são entendidas como formas de promover a comunicação, ainda que precária, entre povos de falas diferentes (1999, p. 27). Tais línguas, às vezes definidas como “criolas” e tidas como transitórias, acabam por tornar-se o modo de falar de povos que viveram em situação de contato. Neste artigo, entendemos que as “Zonas de Contato” são os espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam e se entrelaçam em relações geralmente assimétricas de dominação e subordinação. Esses encontros são marcados por diálogos provisórios e localizados entre os atores envolvidos. São espaços “socialmente estruturados entre grupos que vêm sendo aglutinados em sua irremediável separação”.

No contato em questão - entre o jornalismo e as comunidades indígenas - podemos destacar três aspectos: a assimetria de poder simbólico entre as partes; o contato como um fato consumado – um encontro indissolúvel que não foi facultativo para uma das partes; e, por fim, o fato de que os grupos nativos não são observadores passivos de um processo de aniquilação ou substituição de sua cultura tradicional, mas são agentes da seleção, a partir de interesses próprios, dos elementos da cultura do outro que serão adotados. Na zona de contato, o jornalismo é bem mais do que a mediação utopicamente objetiva entre o fato e a notícia. Tampouco se basta em seu ofício



mercuriano de carregar mensagens a um público supostamente carente de informação. O jornalismo encontra na zona de contato um paradigma que expande enormemente o seu alcance político e cultural. Se, por um lado, a zona de contato é um espaço de trocas simbólicas que funciona como uma linguagem transicional e sincrética entre mundos distintos, o jornalismo é a própria língua nativa dos estados nacionais ocidentais. A permanente tensão entre aquele que quer dizer e aquele que não consegue ouvir é a segunda chave para entendermos problemas relacionados à cobertura de fatos relacionados a indígenas pela imprensa em Roraima (e mesmo no Brasil). Também permite ensaiar propostas e direcionamentos para que o jornalismo se insira de maneira mais adequada no diálogo da zona de contato.

Além da Zona de Contato, outro conceito que nos interessa de perto é aquele da “mediação social”. Enquanto mediação jornalística diz respeito fundamentalmente a um processo intelectual de representação simbólica de um fato a fim de comunicá-lo a um público, que pode ou não ser massificado, a mediação social é um campo bem mais abrangente. Conforme sintetiza, sobre isso, Delma Neves:

A condição humana é alcançada por mediações, isto é, pela integração do homem a universos de significações específicas, operação pela qual ele, assumindo sua capacidade comunicativa, toma distância em relação à sua individualidade e reconhece sua singularidade. Como o comportamento dos indivíduos é sempre resultado da pré-compreensão simbólica do mundo social, todos os atos de conhecimento pressupõem, necessariamente, mediações, ao mesmo tempo constitutivas da construção e da reconstrução da vida social (NEVES, 2008, p. 21).

As mediações amplificam as diferenças criadas pelo que Duarte (2001) chama de “grande divisor” – práticas segregacionistas inerentes e naturalizadas pelas sociedades: “a relação entre as duas metades do “grande divisor” é sempre hierárquica, uma superior em relação à outra. Elas nunca têm uma relação de igualdade” (DUARTE, 2001, p. 131). As mediações são a terceira chave para a reflexão deste estudo. O caráter hierárquico desigual desta “grande divisão” aplica-se, de forma bastante evidente, à relação entre os povos indígenas e aquilo que se pode chamar de “sociedade envolvente”.

Gilberto Velho enxerga em contextos culturalmente fragmentados uma figura de contato, um ente que trafega entre diferentes lados das fissuras sociais: os mediadores, ou “go-between”. São indivíduos que estão potencialmente expostos a experiências

---

diferenciadas, na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociais e culturais, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes. Nas palavras do autor, “certos indivíduos mais do que outros não só fazem esse trânsito, mas desempenham o papel de mediadores entre diferentes mundos, estilos de vida e experiências” (VELHO, 2015, p. 20). Na mesma direção, Duarte afirma que o trânsito entre os lados é possível e depende de poder - o que confere ao mediador um perfil xamânico de cura e renovação.

Neste caso, podem ser considerados mediadores os indivíduos, povos e movimentos indígenas que se envolvem em etapas da produção jornalística, geralmente na condição de fonte ou como mobilizadores de fatos de interesse noticioso. Assim, promovem a comunicação, atuando como “intermediários entre mundos diferenciados e tradutores das diferenças culturais” (2001 p. 9). O profissional jornalista detém um “poder simbólico” que o habilita a transitar entre os lados e atuar como mediador entre os povos indígenas e a sociedade urbana. A questão principal repousa na capacidade para aproveitar as estruturas benéficas da tradição ocidental – nelas inclusas o próprio jornalismo – e utilizá-las para promover a comutação de símbolos e valores do “outro lado” com seu público.

Tendo um papel capital na construção da realidade social, o jornalismo permeia os espaços simbólicos das comunidades onde as relações primárias predominam. Sem um suporte de boas informações e de fontes qualificadas, o jornalista acaba sendo um mediador social limitado pelas estruturas de operação do jornalismo, mesmo quando escreve um bom texto noticioso. Neste terreno conflituoso, os jornalistas indígenas envolvidos no processo de produção das notícias nas redações ou que atuam como assessores de imprensa de instituições indígenas já se apresentariam como mediadores sociais capazes de agir com maior perspectiva intercultural.

### **Os mediadores indígenas na sociedade roraimense**

A participação indígena no processo de construção das notícias é característica marcante da “Zona de Contato” onde existe, como já se afirmou, um alto potencial de hibridização. Quando compreendem o funcionamento da pauta jornalística e forçam passagem para a publicação de seus posicionamentos e reivindicações, os indígenas se apropriam de uma linguagem externa – a jornalística – e a manipulam em favor de seus interesses, contrapondo regras e dinâmicas próprias, originalmente ignorantes ou

silenciosas diante da perspectiva indígena. Seria incorrer no mesmo equívoco ora condenado, desconhecer que as mudanças mais significativas que ocorrem na trama da representação indígena na mídia são mobilizadas pela inteligência estratégica e envolvimento mais direto dos indígenas na construção da cultura jornalística.

Como exemplo destes mediadores que se apresentam nas “Zonas de Contato”, tomaremos como ponto de partida o curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, que mantém matriculados em torno de 25 alunos indígenas ingressos na Universidade pelo Processo Seletivo Específico Indígena (PSEI), além dos ingressantes via ampla concorrência autodeclarados. Um destes mediadores, Mayra Wapichana - da etnia Wapichana - foi a primeira jornalista formada ingressa na universidade pelo PSEI. É da sua autoria a monografia “Etnojornalismo, estratégias de comunicação e protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima”, produzida em 2016. Em sua atuação jornalística, desde a sua atividade na assessoria de comunicação do CIR, Mayra incorporou à postura combativa do órgão técnicas jornalísticas e sua rede de contatos e relacionamentos com outros jornalistas, criada as salas de aula da universidade até sua participação efetiva na vida comunitária indígena. A atuação dos jornalistas indígenas, a partir de uma outra perspectiva de produção cultural é capaz de trazer modificações sobre a dinâmica interna do processo noticioso. Como observa Mayra Wapichana,

não tem havido por parte dos meios tradicionais de comunicação, especialmente da cobertura local, um esforço em traduzir as necessidades e os direitos das diferentes etnias que vivem em Roraima. Desafiamos os demais comunicadores, jornalistas indígenas a somarem e construir com conosco um novo formato de mídia capaz de ser o nosso canal de informação, construção e transformação social seja na mídia impressa, virtual, audiovisual, radiofônico (WAPICHANA, 2016, p. 90).

É possível observar, como fruto em parte deste convívio com colegas indígenas, sinais de mudança numa nova geração de jornalistas indígenas diplomados a partir do acima citado processo seletivo especial. A acadêmica Glaucielly Castro, integrante do projeto Amazoom (Rede de Comunicação, Arte e Cultura na Amazônia e Caribe), coordena a seção de “etnomídia” do projeto e está a frente de oficinas sobre jornalismo alternativo. Neste mesmo projeto, a mestrandia do programa em Comunicação Social Evilene Paixão, da etnia wapixana, além da produção de matérias conduziu em 2022 a oficina “Educomunicação e pautas socioambientais: estratégias de comunicação

indigenistas?” Evilene trabalhou por anos na *Rede Amazônica de Televisão* e em assessorias de imprensa, inclusive voltadas para ações com refugiados. Também no Mestrado em Comunicação da UFRR, a jornalista Ariene Susui, da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, produziu sua dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima com o tema “Comunicadores indígenas e territorialidade amazônica: o protagonismo na criação de conteúdo para as mídias digitais em Roraima”. Ariene foi a primeira da sua família a concluir o ensino superior e começou a atuar como ativista aos 16 anos. Os temas destes trabalhos e oficinas, cada vez mais presente na Universidade Federal de Roraima, também motivaram a construção da dissertação do hoje doutorando Bryan Christian, “Cartografia das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima”, defendida em 2021, que buscou compreender como os princípios da Etnocomunicação Indígena são costumeiramente acionados. Esta atenção crescente para as “Zonas de Contato” motivou a construção, a partir de um trabalho jornalístico, da monografia “Criança e Televisão - A relação entre a criança indígena da comunidade Serra do Truaru com a equipe de reportagem da TV Band Roraima”, apresentada em 2016. Nela, a partir de seu trabalho prático, a autora Deborah Alves ilustra a dificuldade de atuar na “Zona de Contato” e a importância dos mediadores indígenas. Ao registrar sua ida a uma comunidade indígena, a autora diz que:

a equipe agiu com comportamento ocidental. Iniciou as gravações de permissão, foi interrompida pela comunidade e teve que se apresentar. Não houve consulta a nenhum tipo de especialista ou conhecedor de caso como antropólogo para falar sobre os temas abordados. Mas acredito que após este trabalho, as coisas irão melhorar (ALVES, 2016, p. 67).

Ainda assim, há bastante o que fazer na direção de compreender o funcionamento dos diferentes contatos étnicos e as formas como o jornalismo atua como mediador de questões sociais, políticas e culturais bastante delicadas.

### **Considerações finais**

A busca pela objetividade, ainda que importante, não transforma o pesquisador num ente passivo diante dos problemas sociais, ainda que precise registrá-los de forma cuidadosa para poder majorar as suas possibilidades de compreensão. Este breve artigo, que talvez tenha sido mais um ensaio exploratório, lidou mais com a apresentação do

---

problema a partir de uma reflexão teórica do que com soluções práticas que passariam por um amplo espectro de considerações culturais. Estas demandam um esforço conjunto e robusto da academia, que traga o indígena para a cena da produção jornalística, envolvendo políticos, acadêmicos, intelectuais e jornalistas indígenas. Com base nas reflexões reunidas aqui neste trabalho e em nossa experiência acadêmica, propomos uma contribuição - a título de sugestões e apontamentos teóricos - com algumas orientações éticas para a apuração e redação de questões relacionadas a indígenas.

De uma forma geral, antes de apurar e escrever, o jornalista tem um desafio fundamental de avaliar se as referências e formas de tratar a questão, povos ou indivíduos indígenas é motivada pelo valor social do fato a ser noticiado ou apenas por agregar valor comercial ao produto jornalístico. Os jornalistas devem estar atentos para registrar o pertencimento dos indivíduos indígenas a um povo ou etnia além do seu nome completo. Isso vale também para indígenas de outros países. O critério para essa identificação deve ser a autodeclaração, atendendo ao disposto na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. As designações genéricas, como índio(s) e indígena(s), podem ser substituídas pelo nome do povo ou etnia, o que não se aplica às notícias que tratam de questões gerais ou comuns a mais de um povo ou que envolvem coletivamente indivíduos, grupos, movimentos ou instituições.

Os locais mencionados nas matérias podem ser identificados pelo nome da localidade ou comunidade, nome da região ou terra indígena, município e estado, nesta ordem. Nas matérias que tratam de questões indígenas ou ressaltam a caracterização enquanto indígena, seja individual, coletiva ou genérica, o jornalista deve buscar pelo menos uma fonte indígena. A fonte escolhida pode ser o indivíduo envolvido diretamente no fato ou assunto, uma liderança comunitária, movimento ou entidade representativa. As matérias que envolvem situações de contato se tornariam mais enriquecidas ao buscar como fonte a figura dos mediadores culturais. Idealmente, são indivíduos indígenas aptos a explicar ao jornalista aspectos da cultura e as nuances do encontro cultural.

Uma forma de ampliar a compreensão do leitor das matérias sobre o tema é acrescentar à versão final informações básicas sobre cultura, histórias, terra e situação social atual dos povos mencionados. Essas informações podem também ser encaminhadas previamente ao repórter já na pauta a fim de auxiliar no direcionamento

adequado do texto. Uma alternativa para as redações é investir na especialização acadêmica dos jornalistas encarregados de cobrir questões indígenas. A figura do setorista constitui-se em uma medida eficiente para corrigir as falhas mais comuns observadas nesta pesquisa. Considerando o cenário acadêmico atual, a contratação de jornalistas indígenas pode ser uma forma eficiente e viável de caminhar nesta direção.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, B.; RAMOS, A. R. **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002. 531p.

ALVES, Deborah E. S. **Criança e Televisão: A relação entre a criança indígena da comunidade Serra do Truaru com a equipe de reportagem da TV Band Roraima**. Monografia (Curso Comunicação Social-Jornalismo) Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

ATHIAS, Renato. **A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

CAMARGO, Timóteo. **Notícias na Zona de Contato: o Jornalismo e a representação da identidade dos povos indígenas em Roraima**. PPGSOF-UFRR. Boa Vista, 2016. p. 97.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978. p.149.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Revista Anthropológicas**, v. 16, n. 2 p. 9-40, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Os Diários e suas Margens: Viagem aos Territórios Terêna e Tükúna**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 346.

CUNHA, M. C. **Cultura com Aspas**. São Paulo: COSAFNAIFY, 2009.

DUARTE, L. F. In: VELHO, G; KUSCHNIR, K. (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2001. p.127-136.

GALLOIS, D. “Nossas falas duras”: **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**, São Paulo: UNESP, 2002. p. 205-238.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HONNETH, A. Reconhecimento. In: **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 2, pp. 473-478.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/> > Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

---

LAPIERRE, J. W. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. (orgs.), **Teorias da etnicidade:** seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1995.

LEAL, Maria do Socorro. P. Raposa Serra do Sol na mídia roraimense: a homologação. **Revista Icarahy**, Rio de Janeiro, n. 4, outubro de 2010.

LIMA, M. G. L. de. **O índio na mídia impressa em Roraima.** Boa vista, Editora da UFRR, 2008.

MUNARO, Luís Francisco. **O Jornalismo português em Londres:** Retrato de um tempo e de uma profissão. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2014. v. 1. 368p

NEVES, Delma P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2008. p. 176.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Narrativas e Imagens sobre povos indígenas e Amazônia:** uma perspectiva processual da fronteira. Berlin: INDIANA 27, Ibero-Amerikanisches Institut,, 2010. p. 19-46.

PACHECO, R. P. de M.; MUNARO L. F. O indígena em Roraima: representações invisíveis. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, 2015.

PELLEGRINI, Marcos. A. **Discursos Dialógicos: Intertextualidade e Ação Política na Performance e Autobiografia de um intérprete Yanomami no Conselho Distrital de Saúde.** 2008. 195p. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Florianópolis Florianópolis, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, Paulo. S. R. da. **A violência contra os povos indígenas em Roraima:** uma análise histórica a partir do Jornal Folha de Boa vista (1996 a 2005). Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América.** A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes:** o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Nankin, Edusp, 2005

VELHO, Gilberto.; KUSCHNIR, K. (orgs.). **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. 344 p.

VERÍSSIMO, Avery. **Índio na rede** - Ciberativismo e Amazônia. Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016. p. 150.

WAPICHANA, Mayra C. S. P. **Etnojornalismo, estratégia de comunicação e o protagonismo indígena:** um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima. Monografia (Curso Comunicação Social-Jornalismo) - UFRR, Boa Vista, 2016.